



APROVADO POR

*Unanimidade*

Em 19/06/19



**INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL**

**PARECER**

COMISSÃO PERMANENTE  
DE DIREITO EMPRESARIAL

**Ementa: Projeto de Lei do Novo Código Comercial. Avaliação Parcial –  
Parte Geral - Livro I – Do Direito Comercial.**

## **2. RELATÓRIO**

Este parecer trata do Livro I da Parte Geral do projeto de lei nº 487, do Senado Federal, para um novo Código Comercial. O livro trata do Direito Comercial em geral – fontes, princípios, definições.

### **2.1. COMENTÁRIOS GERAIS**

A proposta mesma de um código comercial já remete à discussão sobre o rompimento da unificação do direito privado. Em última análise, são sempre pessoas naturais que transacionam seus direitos nas trocas econômicas, diferindo apenas o grau de complexidade das relações jurídicas envolvidas. Quando são empresas que transacionam, os fatos concretos – abstraindo-se as alusões a fatos jurídicos – são que pessoas se associam a outras pessoas para reunir capital, com o qual podem usar fatores de produção e pô-los em uso para criar bens e serviços, podendo vendê-los aos consumidores, estes sendo pessoas naturais, ou sociedades – i.e., arranjos jurídicos entre pessoas naturais.

Por que dois conjuntos de normas, então?



Há outras críticas relativas a essa cisão, não voltadas a dispositivos ou mudanças específicas. Destacam-se a turbidez da linha divisória entre os campos de incidência do Código Civil e do Código Comercial, possível causa de insegurança jurídica; alegações de inadequação do direito comercial à codificação; alertas exaltados sobre custos de adaptação.

Não há absurdos nessas críticas. Em tese, pode ser mais coerente apenas um código para reger o direito patrimonial privado do que dois; em tese, pode-se ter maior segurança jurídica com apenas um documento; em tese, pode-se dispensar a ideia mesma de qualquer codificação.

Porém, embora esse tipo de crítica faça sentido em abstrato, sejamos aqui realistas e tratemos da mudança proposta com olhos voltados ao mundo real, e não baseada em comparações com cenários idealizados.

A comparação adequada é entre o direito que temos hoje e o que teremos se acrescido desse novo texto legal. Pode ser melhor dois códigos em que um seja bom, do que apenas um código ruim. Pode ser melhor que alguém tenha de se organizar como empresa para ter acesso a um direito mais eficiente do que estar preso a regras ineficientes. E assim por diante.

É esse tipo de comparação, e as críticas pontuais, que permitirão a evolução contínua do direito, por mudanças cujos benefícios superem os custos, no sentido amplo mais amplo da palavra. O código acerta ao reconhecer o lucro como princípio motor da atividade econômica, e assim como não há lucro sem custos, difícil supor desenvolvimento de uma instituição social complexa como o direito privado, sem imperfeições teóricas ou dificuldades.

Ainda em sede de comentários gerais, convém apontar que esta seção é no geral merecedora de elogios. Valores fundamentais ao desenvolvimento da sociedade



brasileira, infelizmente vítimas de décadas de pernicioso e equivocado vilipêndio ideológico, são resgatados como alicerces das relações comerciais.

Claro que há pontos que poderiam ser objeto de longas discussões teóricas e propostas modificativas decorrentes, como sobre o que seria a “função econômica e social” da empresa (difícil não ver pleonismo entre *econômico* e *social*, a não ser quando se atribui a este um significado na verdade antieconômico). Porém, como não se trata de disposições concretas e sim enunciados principiológicos, seu caráter geral é positivo e seria deletério ater-se a tais matérias, mais bem enfrentadas na construção doutrinária e argumentação jurídica.

Portanto, passa-se a tratar das mudanças propostas.

## 2.2. COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS

### a) Artigo 1º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 1º. Este Código disciplina, no âmbito do direito privado, a organização e exploração da empresa e matérias conexas, incluindo o direito societário, o direito contratual empresarial, o direito cambial, o direito do agronegócio, o direito comercial e o direito processual empresarial.	Art. 1º. Este Código disciplina a organização e a exploração da empresa.
Se o código disciplina um campo do direito, logicamente deve disciplinar aquilo que lhe é “conexo”. Desnecessária a referência a divisões arbitrárias de campos do direito. O código civil não enuncia que se aplica a “matérias conexas, incluindo direito da personalidade, direito das coisas, direito das obrigações, direito dos contratos, direito de família, direito das sucessões”.	



Não é preciso mencionar, por exemplo, “direito das start-ups”, ou o “direito das empresas de grande porte”, ou o “direito das incorporações mobiliárias”. Eventual divisão pode ser feita para fins de estudo, a partir de normas existentes, como aliás historicamente se deu o desenvolvimento da codificação e se tem dado o estudo do direito.

Tampouco é necessário ou prudente dizer que a organização e a exploração da empresa sejam disciplinados “no âmbito do direito privado”. Idealmente não deveria haver organização ou exploração da empresa pelo Estado, mas como isso tem outros obstáculos, deve-se ao menos preservar ao máximo a igualdade de condições com o setor privado (CF, art. 173, II).

Quando houver conflito de normas por envolver direito público, a legislação aplicável já tratará de restringir a aplicabilidade do Código Comercial, por especificidade. Deve-se tentar diminuir a possibilidade de que uma empresa pública ou, ainda mais grave, de capital misto, não seja considerada sujeita às disposições do novo código, com base em entendimento de que não se trata de direito puramente privado.

#### b) Artigo 2º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 2º. Empresa é a atividade econômica organizada para a produção de bens ou serviços.	Art. 2º - Para os efeitos desta lei, empresa é a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços.

O artigo enuncia o conceito jurídico “empresa” no sentido restrito da atividade, e não da entidade que a exerce. Embora divirja do significado mais comumente atribuído ao termo no idioma culto e na ciência econômica, que tão detidamente estuda o fenômeno, já é prática consolidada ao menos no academicismo jurídico e não traz prejuízo. Sugere-se apenas a adoção da prática de técnica legislativa de restringir o conceito ao âmbito da lei, para que o dispositivo não pareça enunciar uma definição linguística



como um dicionário (até porque seria incompleta, nesse caso), e sim apenas um conceito legal para os fins das normas insertas no código.

**c) Artigo 4º, inciso V.**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
<b>Art. 4º.</b> São normas do direito comercial: <b>V</b> – as de autorregulação; e	Excluir, adicionando a conjunção aditiva “e” ao fim do inciso IV e renumerando o inciso VI, das normas consuetudinárias para V.

Apesar de elogiável o propósito de reconhecer a importância das normas de autorregulação, esta Comissão de Direito Empresarial vê como temerário estender-lhes a condição legal de fontes do direito com aplicabilidade legal. Entendemos que todos os benefícios que tais normas podem trazer para a dinâmica da atividade econômica são mantidos por sua aplicabilidade a quem a elas se vincula voluntariamente, assim como cláusulas contratuais se aplicam aos contratantes.

O status de norma jurídica em sentido legal pode trazer riscos de sua aplicabilidade ser imposta a quem não optou livremente por aderir a seu âmbito de aplicabilidade, na medida em que pode ser invocada para afastar disposição voluntariamente aceita numa relação jurídica. Ao mesmo tempo, a mera ausência desta lista não significa desprover tais normas de relevância para integração jurídica.

Em caso de lacunas para solução de disputas, as práticas observadas em setores de mercado com autorregulação poderão ser usadas da mesma forma que as normas consuetudinárias, previstas no inciso seguinte. Afinal, se todo um setor observa essas normas, tal prática é um costume e serve de fonte de direito. Ao mesmo tempo, a metodologia de aplicação dos costumes como fonte normativa já é consolidada, evitando assim possíveis inseguranças trazidas pela falta de tradição da aplicação de normas de autorregulação.



**d) Artigo 4º, Parágrafo único.**

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Parágrafo único. Nenhum princípio, expresso ou implícito, pode ser invocado para afastar a aplicação de qualquer disposição deste Código ou da lei, ressalvada a hipótese de inconstitucionalidade da regra.	Parágrafo único. Nenhum princípio, expresso ou implícito, pode ser invocado para afastar a aplicação de qualquer das normas dos incisos deste artigo.
<p>Merece cumprimentos o reforço da importância do costume como referência para solução de conflitos.</p> <p>O parágrafo único, também merecedor de elogio pela intenção de aumentar a segurança jurídica, poderia ir além e acrescentar, como protegidas contra afastamento por princípios expressos ou implícitos, as normas dos demais incisos do artigo. Princípios devem ser usados como critério para encontrar soluções sem previsão clara, resolver antinomias, guiar a aplicação de analogias ou costumes; não devem ser invocados para inserir o entendimento do julgador no lugar de regras claras criadas pelos interessados para suas circunstâncias particulares, ou por eles conhecidas e aceitas (ainda que implicitamente) de antemão. Quanto às regras criadas pelos interessados, há outros <i>loci</i> mais adequados para protegê-las (o que o texto proposto já faz ao resguardar a autonomia da vontade e vinculação ao contratado), mas quanto aquelas que compõem o direito preexistente, convém incluí-las aqui.</p> <p>Fora de lugar, também, a ressalva quanto à hipótese de inconstitucionalidade da regra. Não porque não precisa estar escrita, pois disposições redundantes são frequentes e têm seu papel, mas sim porque não se deveria dar espaço uma regra poder ser considerada inconstitucional por supostamente ferir um princípio. A inconstitucionalidade sempre poderá ser invocada, mas já que se está no campo das disposições gerais e enunciação de princípios do código, pode ser mais saudável tentar limitar sua aplicação a hipóteses em que ela decorra de <i>regras</i> constitucionais</p>	



**e) Art. 5º.**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 5º. São princípios do direito comercial comuns a todas as suas divisões: I – Liberdade de iniciativa empresarial; II – Liberdade de competição; III – Função econômica e social da empresa; e IV – Ética e boa-fé.	Art. 5º. São princípios do direito comercial comuns a todas as suas divisões: I – Liberdade de iniciativa empresarial; II – Autonomia da vontade; III – Liberdade de competição; IV – Função econômica e social da empresa; e V – Ética e boa-fé.
O princípio da autonomia da vontade, enunciado apenas como aplicável aos contratos empresariais (artigo 17), é fundamental às outras divisões, podendo ser mais bem localizado, assim, na Seção I, logo acima ou logo abaixo do princípio da liberdade de iniciativa, para refletir na tópica a proximidade lógica entre ambos os princípios.	

**f) Art. 6º.**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 6º. Decorre do princípio da liberdade de iniciativa empresarial o reconhecimento: (omissis) IV – da empresa privada como importante pólo gerador de postos de trabalho e tributos, bem como fomentadora de riqueza local, regional, nacional e global.	Art. 6º. Decorre do princípio da liberdade de iniciativa empresarial o reconhecimento: (omissis) IV – da empresa privada como principal polo gerador de riqueza local, regional, nacional e global, postos de trabalho e tributos.
Sugere-se reforçar a ideia contida no inciso de ressaltar a importância da empresa privada por seus efeitos.  No mais, apesar do mau gosto e da inconstitucionalidade da última reforma ortográfica (a Língua Portuguesa não consta do rol de competências legislativas da União), o	



acentuado diferenciador usado na palavra “polo” encontra-se fora da gramática atualmente usada no País.

**g) Art. 10.**

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 10. São princípios gerais aplicáveis às sociedades: (omissis) VI – Proteção dos sócios não controladores.	Art. 10. São princípios gerais aplicáveis às sociedades: (omissis) VI –Proteção dos direitos dos sócios.
<p>É bem-vindo o fortalecimento da autonomia patrimonial (artigo 10, I e IV, e artigos 11 e 14) e da limitação ao instituto da preservação da empresa, usado excessivamente e deturpado para violar direitos legítimos de credores, causando ineficiência econômica (artigo 10, III e artigo 13), limitando seu cabimento quando há viabilidade econômica. Os dispositivos vão além da direta enunciação das normas, em técnica legislativa que emprega praticamente a declaração de motivos (e.g., “<i>como medida de incentivo a novos investimentos, destinada a atender ao interesse da economia nacional e da coletividade</i>”). É peculiar, mas considerada a largueza com que a limitação de responsabilidade é desvirtuada e mesmo pouco compreendida no país, é salutar.</p> <p>Por outro lado, o inciso VI do artigo 10 perpetua a equivocada noção de que do sócio não controlador é quase um relativamente incapaz. Sócios não controladores podem cometer abusos, e falar em “proteção” apenas para um dos lados pressupõe uma vulnerabilidade excessiva. A proteção dos direitos dos sócios é absolutamente fundamental, sendo corolário do direito de propriedade, e não há qualquer prejuízo para os sócios não controladores se o dispositivo disser apenas, “proteção dos direitos dos sócios”, sem distinção se dos não controladores frente aos controladores, destes frente àqueles, de ambos frente a administração, ou de toda a empresa frente às autoridades, daí a redação proposta.</p>	



**h) Art. 16**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 16. A proteção do sócio não controlador decorre do reconhecimento, por este Código, dos seus direitos essenciais, insuscetíveis de alteração sem sua anuência expressa, e pela responsabilização do controlador em caso de exercício abusivo de seu poder.	Art. 16. A proteção dos direitos dos sócios decorre do reconhecimento, por este Código, dos seus direitos essenciais, insuscetíveis de alteração sem sua anuência expressa, e pela responsabilização dos outros sócios em caso de exercício abusivo por estes de seus direitos ou prerrogativas fáticas.
Deve ser feita a exceção à hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, pois é um caso em que a lei atribui responsabilidade ao sócio por obrigação da responsabilidade, em que o caráter subsidiário seria contrário ao objetivo do instituto, que é o de resguardar o direito de propriedade dos credores contra fraudes. Da mesma forma, a solidariedade assumida pelo sócio como garantia a obrigações sociais não deve estar sujeita ao risco de ser tratada como subsidiária.	

**i) Art. 17**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 17. São princípios aplicáveis aos contratos empresariais: (omissis) III – proteção do contratante empresarialmente dependente nas relações contratuais assimétricas; e	Art. 17. São princípios aplicáveis aos contratos empresariais: (omissis) III – interpretação e integração dos contratos em favor do contratante aderente ou economicamente dependente em relações contratuais manifestamente assimétricas;
A rigor, os princípios dos contratos empresariais devem ser considerados aplicáveis a todas as seções. Mas, respeitando-se a organização proposta, é o caso de criticar apenas	



o obscuro inciso III do art. 17. Sua presença ou ao menos a forma em que está escrito depõe contra a autonomia da vontade e a plena vinculação ao contrato.

O princípio de *interpretar* o contrato de adesão em favor do aderente tem fundamentos na eficiência econômica, é salutar e compatível com a boa-fé e a ética. Mas novamente traz-se a infeliz figura da “proteção”, que vai contra a ideia da liberdade negocial e abre espaço para insegurança jurídica. O que seria um contratante “empresarialmente dependente”? Já que o código se propõe a reconhecer a importância das bases fundantes do sistema capitalista para a prosperidade social, deveria refletir uma melhor compreensão de seu funcionamento: em qualquer contrato há dependência recíproca entre as partes, já que não se supõe que se faça negócio por liberalidade. O art. 20 evidencia a contradição e tenta minorar os riscos do inciso III do art. 17. Ora, se não se pode preservar o contratante “economicamente dependente” das consequências de suas decisões, em que consistiria sua “proteção”?

A “dependência econômica” que se propõe servir de critério para medir a “assimetria das relações comerciais” (art. 20, §1º), é perigosa como cláusula aberta para diminuir a vinculação ao contratado. Num contrato individualmente considerado, é fácil enxergar uma parte “mais dependente” da outra, perdendo-se o foco de como a viabilidade desta depende de diversas outras relações semelhantes com partes individualmente “mais dependentes” dela que vice-versa. Por exemplo, uma empresa de pequeno porte no papel de consumidor será vista como economicamente (ou empresarialmente) dependente frente a um fornecedor de grande porte, mas é este quem depende dos seus diversos consumidores para prosperar.

Note-se que o código já atenta para essa dependência, que uma parte comparativamente “forte” tem perante inúmeras outras individualmente mais “fracas”, ao positivar a importância das externalidades econômicas das decisões, ao tratar de princípios aplicáveis ao que chama de “processo empresarial”.



Respeitando-se o que a proposta tem de economicamente eficiente, recomenda-se restringir, portanto, o intuito da “proteção” de modo que seja tido apenas como critério para resolver eventuais ambiguidades, contradições ou obscuridades nos contratos.

**j) Art. 20.**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 20. A proteção que este Código libera ao contratante economicamente dependente, nas relações contratuais assimétricas, não pode ser estendida para preservá-lo das consequências econômicas, financeiras, patrimoniais ou administrativas de suas decisões na condução da empresa.	Art. 20 A interpretação que este Código dispõe ser favorável ao contratante economicamente dependente, nas relações contratuais manifestamente assimétricas, não pode ser estendida para preservá-lo das consequências econômicas, financeiras, patrimoniais ou administrativas de suas decisões na condução da empresa.
Ver fundamentação da mudança proposta para o artigo 17.	

**k) Art. 20, §1º:**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
§ 1º. A assimetria das relações contratuais entre empresários será considerada pelo juiz em razão da dependência econômica entre a empresa de um contratante em relação à do outro.	§1º. A assimetria das relações contratuais entre empresários será considerada pelo juiz em ponderação entre a dependência econômica entre a empresa de um contratante em relação à do outro, e a dependência econômica de contratos semelhantes para a empresa de ambos.
Ver fundamentação da mudança proposta para o artigo 17.	



**l) Art. 27.**

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 27. O agronegócio deve ser desenvolvido de forma sustentável, mediante o uso adequado do solo, da água e dos recursos animais e vegetais, inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados e economicamente equilibrados, visando o contínuo desenvolvimento da produção de alimentos, bioenergia e resíduos de valor econômico.	Art. 27. O agronegócio deve ser desenvolvido de forma sustentável, mediante o uso adequado do solo, da água e dos recursos animais e vegetais, inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados e economicamente equilibrados, visando ao contínuo desenvolvimento da produção de alimentos, bioenergia e resíduos de valor econômico.
Visar é transitivo indireto quando no sentido de objetivar.	

**m) Art. 28.**

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 28. Na solução judicial ou arbitral de conflitos de interesses surgidos no contexto do agronegócio, deve ser observada e protegida a finalidade econômica desta rede de negócios, ainda que em detrimento dos interesses individuais das partes que nela operam.	Art. 28. Na solução judicial ou arbitral de conflitos de interesses surgidos no contexto do agronegócio, deve ser observada e protegida a finalidade econômica desta rede de negócios, assegurados os direitos individuais das partes que nela operam.
Propõe-se aqui seguir a proposta geral do código de tornar a economia nacional mais eficiente e atrativa para investimentos, o que se dá pelo respeito aos direitos individuais, por princípios que o próprio texto consagra como a liberdade de iniciativa e a autonomia da vontade, corolários diretos do direito de propriedade.	



O direito tem instrumentos para proteger interesses de terceiros, e se houver possíveis prejudicados na “rede de negócios”, cabe a estes resguardarem seus direitos individuais, e não julgadores que não lhes ouçam os interesses e fundamentos.

**n) Art. 29.**

<b>Texto do artigo no PLS 487/13</b>	<b>Proposta de texto revisado</b>
Art. 29. A intervenção jurisdicional na solução de conflitos de interesses no contexto do agronegócio é medida de caráter excepcional, limitada no tempo e no escopo, visando preservar as condições originalmente estabelecidas.	Art. 29. A intervenção jurisdicional na solução de conflitos de interesses no contexto do agronegócio é medida de caráter excepcional, limitada no tempo e no escopo, visando a preservar as condições originalmente estabelecidas.
Idem comentário ao art. 27.	

**3. Conclusão**

A seção analisada, como todo o código, tem boas propostas, trazendo modificações salutaras à legislação, cabendo apenas algumas sugestões de forma e teor no sentido de fortalecer a busca dos objetivos que o próprio texto declara pretender, especialmente em se tratando de uma seção principiológica como esta.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2018.

João C. de Andrade Uzêda Accioly

Membro da Comissão de Direito Empresarial